

PREGÃO ELETRÔNICO
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09 /2022
(Processo Administrativo n.º 01430.000491/2022-13)

Torna-se público que Fundação Biblioteca Nacional por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Debret n. 23 Sala 609 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 18/01/2023

Horário: 11:00h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço global

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo os aparelhos telefônicos digitais e analógicos e fornecimento de toda a infraestrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados até a sua expansão final em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 05 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão Executora/Unidade Gestora: 34209/344042

Programa de Trabalho: 13.122.2107.2000.0033

PTRES: 190.490

Plano Interno: T20004BN015

Fonte: 0100

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles (ou lotes/grupos) indicada no subitem seguinte.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor mensal e total do grupo;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 10 (dez) reais.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.26.1 por empresas brasileiras;

7.26.2 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6.1. as empresas estrangeiras que funcionem no País, autorizadas por decreto do Poder Executivo na forma do inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993, devem se cadastrar no SICAF com a identificação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. As empresas estrangeiras que não funcionem no País poderão se cadastrar no SICAF, mediante código identificador específico fornecido pelo sistema, observadas as condições postas na referida IN 10/2020.

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da

empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes

características mínimas:

9.11.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.;

9.11.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

9.11.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 . O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 . O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5 . Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6 . Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7 . Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3 apresentar documentação falsa;

20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6 não manter a proposta;

20.1.7 cometer fraude fiscal;

20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail bianca.siqueira@bn.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Debret nº23 – Sala 609 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, setor de Licitações e Contratos.

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 . Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 . As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 .Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 .Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 .O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Debret nº23 – Sala 609 – Centro – Rio de Janeiro - RJ, nos dias úteis, no horário das 10:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1 . Apêndice do Anexo I – Composição dos valores que deverão estar preenchidos pela LICITANTE

22.12.1.2 . Apêndice do Anexo I - - Planilha de formação de preços relativa ao Item 1 – Prédio Teleporto – RJ

22.12.1.3 . Apêndice do Anexo I - Planilha de formação de preços relativa ao Item 2 – Rodrigues Alves – RJ

22.12.1.4 Apêndice do Anexo I - Planilha de formação de preços relativa ao Item 3 – Debret – RJ

22.12.1.5 Apêndice do Anexo I - Planilha de formação de preços relativa ao Item 4 – Sede – RJ

22.12.1.6 Apêndice do Anexo I - Planilha de formação de preços relativa ao Item 5 – Laranjeiras – RJ

22.12.1.7 Apêndice do Anexo I - Termo de Recebimento Provisório – TERP

22.12.1.8 Apêndice do Anexo I - Termo de Recebimento Definitivo – TERD

22.12.1.9 Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

22.12.1.10 Apêndice do Anexo I - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

24.12.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

24.12.3. ANEXO III - Modelo de Termo de Vistoria;

24.12.4. ANEXO IV - Declaração de Conhecimento do Local de Execução do Objeto

..... , de de 20.....

Assinatura da autoridade competente

TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º01430.000491/2022-13)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo os aparelhos telefônicos digitais e analógicos e fornecimento de toda a infraestrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados até a sua expansão final em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalado no Teleporto, situado na Rua Presidente Vargas, nº 3.131, 7º andar	Unidade	1	R\$ 1.796,33

	(local da CPCT), Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ.			
2	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Avenida Rodrigues Alves, nº 519, 1º (local da CPCT) ao 5º andar, Rio de Janeiro.	Unidade	1	R\$ 943,00
3	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Rua Debret, nº23, 6º, 8º (local da CPCT), 9º andar, Rio de Janeiro, RJ.	Unidade	1	R\$ 2.422,33
4	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Avenida	Unidade	1	R\$ 7.046,33

		Rio Branco, nº219, 1º (local da CPCT), 2º, 3º 4º e 5º andar, Rio de Janeiro, RJ.			
	5	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Rua Pereira da Silva nº 86, Térreo, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ.	Unidade	1	R\$ 846,33

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de telecomunicações por meio de locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo os aparelhos telefônicos digitais e analógicos e fornecimento de toda a infraestrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados até a sua expansão final em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo os aparelhos telefônicos digitais e analógicos e fornecimento de toda a infraestrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados até a sua expansão final em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional.

5.1.3. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses.

5.1.4. Não existe necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 16:00 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A prestação de serviços continuados em locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de Equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo aparelhos telefônicos digitais e analógicos, fornecimento de toda a infraestrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), na modalidade LOCAÇÃO, conforme definido neste termo.

8.2. A CONTRATANTE poderá solicitar após a aprovação do contrato a ampliação dos equipamentos, conforme definido na lei 8.666/93.

8.3. A solução proposta deverá contemplar o fornecimento de plataformas de telefonia, contemplando administração e configuração local ou à distância. Não serão aceitas soluções baseadas em uma plataforma de telefonia central com unidades remotas dependentes do módulo principal.

8.4. Todos os equipamentos a serem ofertados deverão ser obrigatoriamente, novos e sem uso, em suas versões mais atualizadas, tanto em hardware quanto em software. Não serão aceitos equipamentos usados, reutilizados, remanufaturados ou revisados. Para fins de comprovação da procedência dos equipamentos ofertados, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, antes da assinatura do contrato entre as partes, solicitar diligência para aferir se, de fato, os equipamentos fornecidos são novos.

8.5. AS PLATAFORMAS DE TELEFONIA DEVERÃO OBEDECER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS BÁSICAS:

8.5.1. Incorporar todos os "hardware's" e "software's" necessários ao seu perfeito funcionamento, permitindo conexão com a rede pública de telefonia via interface E-1 (sinalização DSS-1PRI e R2 Digital/MFC-5C).

8.5.2. Os equipamentos objetos dessa especificação se constituem de plataformas de telefonia do tipo PABX - CPCT, comandadas por programa armazenado (CPA), temporal, totalmente digital, utilizando a técnica de comutação, multiplexação e transmissão TDM-PCM e/ou IP, trazendo flexibilidade para ativação de ramais analógicos e Digitais.

8.5.3. As plataformas telefônicas deverão estar preparadas para implantar uma rede VoIP no futuro.

8.5.4. As plataformas de telefonia deverão obedecer ao disposto na norma ABNT - NBR 13083 – Centrais Privadas de Comutação Telefônica – CPCT, (tipo PABX CPA de JUN de 1996), no que diz respeito às características funcionais básicas e às características técnico-operacionais de CPCT CPA - T.

8.5.5. Todos os equipamentos e serviços associados aos PABX deverão estar de acordo com as normas emitidas pela ISO (INTERNATIONAL STANDART ORGANIZATION), ETSI (EUROPEAN TELECOMMUNICATIONS STANDARD INSTITUTE), ITU (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION), IEEE (INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONICS ENGINEERS), NEC (NATIONAL ELECTRICAL CODE), MINICOM (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES), AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), pertinentes. Em caso de conflito entre os citados documentos e as presentes especificações, prevalecem as últimas.

8.5.6. Permitir a utilização de aparelhos telefônicos especificados neste edital.

8.5.7. Os equipamentos (hardware) e programas (software), inclusive os terminais telefônicos analógicos e Digitais deverão ser novos, sem uso e da mais nova versão existente disponíveis no Brasil.

8.5.8. Os equipamentos PABX deverão ter uma facilidade que permita discagem INTRA-REDE entre as unidades da FBN em nível de ramal, realizando a conversão do ramal para o número público com a inserção do prefixo automaticamente.

8.5.9. A licitante deverá apresentar em sua proposta um descritivo técnico contendo todas as informações acerca dos equipamentos, sistemas e recursos ofertados.

8.6. OS EQUIPAMENTOS PABX DIGITAL, DEVERÃO PERMITIR PELO MENOS AS SEGUINTE FACILIDADES:

8.6.1. Interface de música externa: Fornecimento de Interface para entrada de música de espera para chamadas retidas pelo operador e quando de consulta e transferência entre ramais, sendo da CONTRATANTE a responsabilidade pela fonte musical.

8.6.2. Permitir Ramais com aparelhos Digitais.

8.6.3. Permitir Ramais com aparelhos Analógicos Multifrequencial (MF).

8.6.4. Bloqueio de chamadas a cobrar automático, sendo configurável pelo administrador do sistema para cada ramal.

8.6.5. Discagem Direta a Ramal (DDR). Esta facilidade deverá ser configurada pelo administrador do sistema.

8.6.6. As Centrais Telefônicas do tipo PABX - CPCT a serem ofertadas deverão, para efeito de encaminhamento das chamadas, estarem equipada com, no mínimo, as seguintes classes de ramais:

8.6.6.1. Ramal Restrito - Usado exclusivamente, nas ligações ramal/ramal, sem acesso à Rede Pública.

8.6.6.2. Ramal Semi-Restrito - Usado nas ligações ramal/ramal e com acesso à Rede Pública (saída) via mesa de operadoras. Habilitado a receber chamadas da Rede Pública por Discagem Direta a Ramal (DDR) ou via mesa de operadoras.

8.6.6.3. Ramal Privilegiado - Dispõe de todas as facilidades do ramal semi- restrito, acrescido da permissão para gerar chamadas locais.

8.6.6.4. Ramal Privilegiado Nacional - Dispõe de todas as facilidades do ramal privilegiado, acrescido da permissão para gerar chamadas interurbanas.

8.6.6.5. Ramal Privilegiado Internacional - Dispõe de todas as facilidades do ramal privilegiado nacional, acrescido da permissão para gerar chamadas locais/interurbanas.

8.6.7. Deverá existir a possibilidade de permitir a utilização de senhas para realizar chamadas dos ramais por programação e para habilitar e desabilitar Ramal cadastrado.

8.6.8. Deverá ser possível prover o reconhecimento do número telefônico do assinante "A" (assinante originador da chamada), desde que enviado pela central pública, apresentando-o no "display" nos telefones que possuam display.

8.6.9. Deverá ser permitida "Música de Espera" para chamadas retidas pelo usuário. Quando em processo de consulta e transferência entre ramais.

8.6.10. Deverá ser permitida a Captura de Chamadas. Essa facilidade deverá ser acessível a todos os ramais do PABX pertencentes a um mesmo grupo de captura.

8.6.11. Deverá ser permitido o Desvio de Chamada em um determinado ramal, para qualquer outro ramal e ainda nos casos de ocupado ou não responder em um mesmo PABX.

8.6.12. Deverá ser permitida a função de siga-me em todos os aparelhos telefônicos.

8.6.13. Deverá permitir conferências até 8 participantes.

8.7. **FACILIDADES DOS RAMAIS**

8.7.1. Transferir chamadas para telefonista;

8.7.2. Consulta nas chamadas internas e externas, entrada e saída;

8.7.3. Sinalização da chamada entrante, quando o ramal estiver ocupado;

8.7.4. Interligação automática entre ramais (hot-line);

8.7.5. Grupo de ramal de atendimentos.

8.7.6. Captura de chamadas.

8.7.7. Redirecionamento "siga-me" de chamadas internas e externas.

8.7.8. Discagem abreviada individual que permita a ramais especialmente habilitados efetuar ligações locais, nacionais ou internacionais, pela discagem de, no máximo, 04 (quatro) dígitos, para um determinado número de destinatário.

8.7.9. Repetição do último número discado através de tecla ou código específico;

8.7.10. Transferência da ligação em caso de ramal ocupado.

8.7.11. Chamada em espera: um “bip” para aviso de que há alguém ligando e possibilidade de reter uma chamada para atendimento de outra.

8.8. **SISTEMA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA**

8.8.1. Deverá ser fornecido e instalado 01 (um) sistema de suprimento de energia elétrica no-break para todos os equipamentos PABX DIGITAL-CPCT, que garanta seu funcionamento pelo mínimo de 4 (quatro) horas na falta da energia da concessionária local.

8.8.2. Deverão ser entregues especificações técnicas que deverão contemplar detalhamento do sistema de energia, inclusive referente à autonomia.

8.9. **INFRAESTRUTURA INTERNA DE TELEFONIA**

8.9.1. O cabeamento interno incluindo o Distribuidor Geral (DG) até a localização física dos telefones, composto de cabos de pares, verticais e horizontais, conectores, esteiras, Distribuidores Intermediários (DI) e onde houver necessidade reparo dos pontos de telefonia para a instalação dos ramais contratados até a capacidade final, será de responsabilidade da LICITANTE.

8.9.2. Para facilitar a cotação da infraestrutura para a instalação de ramais até a capacidade máxima de cada site, deverão ser observadas as informações disponíveis nas planilhas de formação de custos e complementadas com realização de visitas aos locais para esclarecimento das dúvidas.

8.9.3. A licitante deverá atentar que os Prédios Sede e Casa da Leitura (Laranjeiras) são prédios tombados, toda e qualquer intervenção civil terá que ser aprovada pela autoridade competente da BN e pelos órgãos de fiscalização do patrimônio Público.

8.10. SISTEMA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS

8.10.1. O Suporte e Manutenção serão responsáveis por manter todo o conjunto de equipamentos em perfeito funcionamento.

8.10.2. A LICITANTE será responsável por todas as programações do dia-a-dia, que deverão ser atendidas em até 72 horas.

8.10.3. Se necessário, a LICITANTE poderá realizar um Gerenciamento, Operação e Manutenção centralizado local ou a distância.

8.10.4. A LICITANTE deverá disponibilizar numero telefônico em Call Center para solicitação das programações.

8.11. SISTEMA DE GERENCIAMENTO

8.11.1. Deverá ser fornecido um sistema completo de gerenciamento e manutenção.

8.11.2. O Sistema de Gerenciamento deverá possibilitar as seguintes configurações:

8.11.3. Associação chefe-secretária;

8.11.4. Bloqueios;

8.11.5. Caixa postal virtual;

8.11.6. Gravação de mensagem;

8.11.7. Grupos;

8.11.8. Música;

8.11.9. Recepcionista digital;

8.11.10. Rotas de menor custo;

8.11.11. Temporizações;

8.11.12. Terminal operadora;

8.11.13. Tronco executivo;

8.11.14. Senha ramal operador;

8.11.15. Senha para alterar configurações;

8.11.16. Associação lógico/físico;

8.11.17. Configuração de ramais DDR.

8.12. SISTEMA DE CORREIO DE VOZ

8.12.1. A solução ofertada deverá contemplar um sistema de mensagem de voz ("Correio de Voz"), para atendimento automático de chamadas, que possibilite a gravação digital e recuperação de mensagens quando o ramal chamado estiver ocupado, se usuário ausente, ou por comando do usuário para redireção das ligações, podendo ser acessado de telefone externo ao sistema.

8.12.2. Deverá informar data e hora da mensagem armazenada.

8.12.3. “Acesso as “caixas postais” de voz através de código e “senha” especificada para cada usuário do serviço.

8.12.4. Envio de indicação sonora ou visual da existência de mensagem na caixa postal do usuário.

8.12.5. Deverá possibilitar aos usuários das caixas postais escutarem mensagens dirigidas a eles, reescutar, apagar ou arquivar mensagens, retomar ao início de determinada mensagem, através de menu de opções.

8.12.6. Todas as funções de gravação e troca de "senha", atualização das mensagens de atendimento, recuperação do conteúdo das caixas postais, deverá ser processada a partir do teclado do ramal.

8.12.7. Para efeito de dimensionamento da capacidade de armazenamento do sistema, deverá ser considerado o número médio de 04 (quatro) mensagens por usuário, com duração média de 20 (vinte) segundos cada.

8.12.8. Permitir o usuário poder gravar sua própria saudação, com, pelo menos, 40 (quarenta) segundos cada.

8.12.9. Possuir pelo menos 20 (vinte) canais de acesso simultâneo ao correio de voz por plataforma de telefonia.

8.12.10. O Correio de voz deverá ser ofertado com o idioma padrão português, podendo ser configurado, no mínimo, mais 3 (três) idiomas (inglês, espanhol e italiano).

8.13. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS TELEFONES ANALÓGICOS MF:

8.13.1. Possuir tecla Flash, Mute e Redial;

8.13.2. Possuir chave de seleção para discagem por DTMF (Tom) ou decádico (pulse);

8.13.3. Possuir 2 opções de volume de campainha.

8.14. **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS TELEFONES DIGITAIS:**

- 8.14.1. -Display.
- 8.14.2. -Viva-voz.
- 8.14.3. -Teclas para navegação no display.
- 8.14.4. -Teclas programáveis com sinalização através de leds.
- 8.14.5. -Tecla com sinalização para viva-voz full duplex.
- 8.14.6. -Tecla com sinalização para sigilo.
- 8.14.7. -Tecla Limpar/Agenda.
- 8.14.8. -Tecla Reter.
- 8.14.9. -Não perturbe.
- 8.14.10. -Tecla Re-chamada.
- 8.14.11. -Ajuste do volume da viva-voz.
- 8.14.12. -Ajuste do volume da campainha.
- 8.14.13. -Entrada para fone de cabeça.
- 8.14.14. -Fone de cabeça.
- 8.14.15. -Avisos sonoros (bips) de alerta.
- 8.14.16. -Agenda para no mínimo 50 ramais.
- 8.14.17. -Agenda para no mínimo 50 números telefônicos.
- 8.14.18. -Consulta a ligações não atendidas e atendidas.

8.15. **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS TELEFONES DIGITAIS DE OPERADORAS**

- 8.15.1. -Todas as funções anteriormente solicitadas para os aparelhos digitais.
- 8.15.2. -Funcionalidade para atendente.

8.16. **HOMOLOGAÇÃO**

- 8.16.1. As plataformas de telefonia ofertadas deverão estar obrigatoriamente homologadas junto à ANATEL, devendo a licitante apresentar em sua proposta o certificado de homologação de cada equipamento ofertado. A não apresentação deste documento na proposta implicará na desclassificação da licitante do certame.
- 8.16.2. A licitante deverá apresentar obrigatoriamente em sua proposta a marca e modelo de cada plataforma de telefonia ofertada. A não apresentação destas informações na proposta implicará na desclassificação da licitante do certame.

8.17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

8.17.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.17.1.1. Para as interrupções totais dos serviços de voz, o tempo de recuperação da falha deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas.

8.17.1.2. Para as interrupções parciais dos serviços de voz, considerando parcial, a interrupção de até 50% dos circuitos disponíveis, o tempo de recuperação da falha não deverá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas.

8.18. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.18.1. Para a perfeita execução dos serviços, a LICITANTE deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

8.18.2. Todo o cabeamento, esteiras, conectores, incluindo os Distribuidores Internos (DG) e Distribuidores Intermediários (DI), e o que mais for necessário à implantação da infraestrutura necessária para a prestação dos serviços contratados será por conta da LICITANTE.

8.18.3. A Contratada deverá fornecer a documentação “as built” contendo os desenhos técnicos com a situação final dos trajetos das instalações de telefonia para cada um dos prédios da FBN.

8.19. PROCEDIMENTOS DIÁRIOS

8.19.1. Atender a qualquer solicitação eventual, no período comercial, de tudo que a CONTRATADA julgar necessário para o bom funcionamento dos sistemas telefônicos.

8.19.2. Durante a vigência do contrato de locação, as plataformas de telefonia ofertadas, objetos deste edital deverão estar cobertas pela garantia e assistência técnica, com a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

8.19.3. Os serviços de instalação e assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) nas plataformas de telefonia ofertadas, objeto deste edital, deverão ser prestados pela própria CONTRATADA ou por empresa credenciada técnica indicada pela mesma, a qual deverá estar sediada, obrigatoriamente, na cidade do Rio de Janeiro.

8.19.4. As plataformas de telefonia deverão possuir interface que permita a manutenção remota via modem pelo fabricante ou pelo responsável por esta atividade de modo a obter-se, em qualquer momento, uma avaliação das funções operacionais das plataformas de telefonia, permitindo, dessa forma, identificar ou mesmo solucionar as falhas eventualmente detectadas.

8.19.5. Para atender as solicitações da Contratante, deverá ser disponibilizado número telefônico com atendimento disponível 24 horas durante os 7 dias da semana.

8.20. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

8.20.1. O endereço dos sites para instalação dos equipamentos e infraestrutura consta no Anexo I.

8.20.2. As informações sobre quantidade e tipo de terminais a serem ativados estão descritas nos Anexos I a VI.

8.20.3. A instalação da Infraestrutura de acesso deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos após a assinatura do contrato.

8.20.4. A FBN definirá as datas de início e a sequência de instalação das Unidades Administrativas.

8.20.5. Somente após a aceitação de cada equipamento os mesmos serão homologados.

8.20.6. Após a instalação da Infraestrutura e os equipamentos em LOCAÇÃO, a LICITANTE, terá até 5 (cinco) dias corridos para ativar os EQUIPAMENTOS PABX-CPCT, devendo a data de ativação ser agendada previamente com a FBN

8.20.7. Após a ativação, a FBN realizará teste de aceitação e emitirá o TERP (Termo de Entrega e Recebimento Provisório) – ANEXO VII em até 5 (cinco) dias corridos.

8.20.8. O teste de aceitação será elaborado em comum acordo entre a LICITANTE e a FBN.

8.20.9. A LICITANTE deverá corrigir, em até 4 (quatro) horas corridas, após abertura do chamado, todos os problemas identificados pela FBN que causem interrupção total dos serviços de telefonia e em até 24 horas para os demais casos

8.20.10. A FBN no Período de Funcionamento Provisório (PFP) terá o prazo máximo 10 (dez) dias corridos, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TERP) – ANEXO VIII, para a validação completa da funcionalidade do serviço, identificando o status dos circuitos digitais e ausência de qualquer tipo de alarme no enlace com a operadora, originando e recebendo chamadas de vários prefixos. Após a validação, a FBN emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TERD) - ANEXO VII.

8.20.11. No caso de ocorrer anormalidades no período de funcionamento provisório, interrompendo totalmente o funcionamento dos serviços telefônicos, este deverá ser recuperado no prazo de máximo de 4 (quatro) horas e o período de validação dos serviços, após-correção das falhas, iniciará um novo prazo de até 10 (dez) dias corridos.

8.20.12. Todos os serviços de instalação, manutenção e configuração deverão ser realizados sem prejuízo das atividades da FBN e sempre com a sua prévia autorização. Testes de funcionamento também deverão ser previamente agendados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Caberá a LICITANTE entregar a relação de todos os seus equipamentos instalados, com as seguintes informações: quantidade, número de série, marca e modelo.

8.21. CRONOGRAMA DE INSTALAÇÃO, ACEITAÇÃO E OPERAÇÃO COMERCIAL

8.21.1. O quadro abaixo apresenta o cronograma

prazos	Até 90 dias corridos	Até 5 dias corridos	Até 5 dias corridos	Até 10 dias Corridos	Duração contrato
Solicitação da FBN	instalação da infraestrutura e equipamentos				
		Ativação dos serviços			
			Emissão do TERP		
				Emissão do TERD	
					Operação comercial

8.21.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da LICITANTE, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.22. **TREINAMENTO**

8.22.1. A LICITANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR DE DOCUMENTAÇÃO E MANUAL SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATOS.

8.22.2. Deverá elaborar e ministrar treinamento básico sobre os serviços contratos e sua utilização em duas turmas de até 20 (vinte alunos) em períodos diferentes, em datas a serem acertadas com a Contratante.

8.22.3. Deverá elaborar e ministrar treinamento básico sobre as programações do dia a dia para até 5 alunos em turma única, em data a ser acertada com a contratante.

8.22.4. Para as atendentes, será necessário o treinamento especializado, se necessário em duas turmas, em datas a serem acertadas com a Contratante.

8.22.5. Os treinamentos deverão ser ministrados durante o período de implantação dos equipamentos, em comum acordo com a FBN.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. Os valores de tráfego foram estimados para orientação para a formação dos preços, os valores faturados serão relativos às chamadas efetivamente realizadas, os totais mensais e anuais formarão os preços do ANEXO I.;

9.1.2. Planilha de formação de preços relativa ao Item 1 – PRÉDIO TELEPORTO – RJ (ANEXO II)

9.1.3. Planilha de formação de preços relativa ao Item 2 – RODRIGUES ALVES-RJ (ANEXO III)

9.1.4. Planilha de formação de preços relativa ao Item 3 – DEBRET-RJ (ANEXO IV)

9.1.5. Planilha de formação de preços relativa ao Item 4 – SEDE- RJ (ANEXO V)

9.1.6. Planilha de formação de preços relativa ao Item 5 – LARANJEIRAS- RJ (ANEXO VI)

9.1.7. As tabelas de formação de valores deverão ser preenchidas pela LICITANTE.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo des te Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 15.2.1. Prestação dos serviços descritos no Termo de Referência;
- 15.2.2. Cumprimento dos prazos descritos no Termo de Referência;
- 15.2.3. Aferição das metas previstas no IMR.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. o prazo de validade;

17.5.2. a data da emissão;

17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. o período de prestação dos serviços;

17.5.5. o valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad = \quad \frac{I \quad (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
e

19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10. Será considerada extinta a garantia:

19.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

21.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

21.3.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 156.652,00 (Cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 156.652,00 (Cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 34209/344042

Programa de Trabalho: 13.122.2107.2000.0033

PTRES: 190.490

Plano Interno: T20004BN015

Fonte de Recursos: 0100

Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 2022.



Ana Paula Victor

Anexos:

I – Composição dos valores que deverão estar preenchidos pela LICITANTE

II - Planilha de formação de preços relativa ao Item 1 – Prédio Teleporto – RJ

- III - Planilha de formação de preços relativa ao Item 2 – Rodrigues Alves – RJ
- IV - Planilha de formação de preços relativa ao Item 3 – Debret – RJ
- V - Planilha de formação de preços relativa ao Item 4 – Sede – RJ
- VI - Planilha de formação de preços relativa ao Item 5 – Laranjeiras – RJ
- VII - Termo de Recebimento Provisório – TERP
- VIII - Termo de Recebimento Definitivo - TERD
- IX - Estudo Técnico Preliminar;
- X – Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

ANEXO I

Composição dos valores que deverão estar preenchidos pela LICITANTE

ITEM	ANEXO	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO / LOCAL DA INSTALAÇÃO	MENSAL (1)	ANUAL (1)
1	II	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados no Teleporto, situado na Rua Presidente Vargas, nº 3.131, 7º andar (local da CPCT), Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ.	R\$	R\$
2	III	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Avenida Rodrigues Alves, nº 519, 1º (local da CPCT) ao 5º andar, Rio de Janeiro.	R\$	R\$
3	IV	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Rua Debret, nº23, 6º, 8º (local da CPCT), 9º andar, Rio de Janeiro, RJ.	R\$	R\$
4	V	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Avenida Rio Branco, nº219, 1º (local da CPCT), 2º, 3º 4º e 5º andar, Rio de Janeiro, RJ.	R\$	R\$
5	VI	Fornecimento, em LOCAÇÃO de equipamento PABX-CPCT juntamente com aparelhos telefônicos, Infraestrutura de telefonia, suporte e manutenção, conforme definido neste TR, a serem instalados na Rua Pereira da Silva nº 86, Térreo, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ.	R\$	R\$
-	-	Valor Total Mensal e Anual	R\$	R\$

ANEXO II

Planilha de Formação de Preços Relativa ao Item 1 – Prédio Teleporto – RJ

ITEM 1 – TELEPORTO – FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Fornecimento em comodato de equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços						
Número	Descrição dos equipamentos em comodato e serviços	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
		A	B	C	D = Ax C	Dx12
1	Central Telefônica Tipo PABX (1)	1	Unidade			
2	Interface Digital sinalização R2 Digital e DSS(1) (ISDN)	1	Unidade			
3	Ramais com aparelhos analógicos	24	Unidade			
4	Ramais com aparelhos digitais	3	Unidade			
5	Ramais com terminais de Operadora	0	Unidade			
6	Sistema de suprimento de energia	1	Unidade			
7	Distribuidores Geral e Distribuidores Internos (DI)	1	Unidade			
8	Cabeamento Interno, Vertical e Horizontal	1	Unidade			
TOTAL MENSAL E ANUAL					R\$	R\$
(1) A Instalação no 7º andar						

ANEXO III

Planilha de Formação de Preços Relativa ao Item 2 – Rodrigues Alves – RJ

ITEM 2 – ANEXO: RODRIGUES ALVES – FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Fornecimento em comodato de equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços						
Número	Descrição dos equipamentos em comodato e serviços	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
		A	B	C	D = Ax C	Dx12
1	Central Telefônica Tipo PABX	1	Unidade			
2	Interface Digital sinalização R2 Digital e DSS(1) (ISDN)	1	Unidade			
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	12	Unidade			
4	Ramais com aparelhos digitais	0	Unidade			
5	Ramais com terminais de Operadora	0	Unidade			
6	Sistema de suprimento de energia	1	Unidade			
7	Distribuidores Geral e Distribuidores Internos (DI)	1	Unidade			
8	Cabeamento Interno, Vertical e Horizontal (1)	1	Unidade			
TOTAL MENSAL E ANUAL					R\$	R\$
(1) 20 metros de vertical, 50 metros de horizontal, considerando 5 andares						
(2) Existem 5 linhas instaladas						

ANEXO IV

Planilha de Formação de Preços Relativa ao Item 3 – Debret – RJ

ITEM 3 – DEBRET – FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Fornecimento em comodato de equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços						
Número	Descrição dos equipamentos em comodato e serviços	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
		A	B	C	D = Ax C	Dx12
1	Central Telefônica Tipo PABX (1)	1	Unidade			
2	Interface Digital sinalização R2 Digital e DSS(1) (ISDN)	1	Unidade			
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	60	Unidade			
4	Ramais com aparelhos digitais (5)	2	Unidade			
5	Ramais com terminais de Operadora (3)	1	Unidade			
6	Sistema de suprimento de energia	1	Unidade			
7	Distribuidores Geral e Distribuidores Internos (DI) (6)	1	Unidade			
8	Cabeamento Interno, Vertical e Horizontal (4)	1	Unidade			
TOTAL MENSAL E ANUAL					R\$	R\$
(1) Instalação no 8º andar						
(2) Existem 56 linhas instaladas						
(3) Existe uma mesa de telefonista instalada						
(4) 15 metros de vertical e 40 metros de horizontal para 6º, 8º e 9º andar						
(5) Existem dois ramsis digitais instalados						
(6) Todos os DG e DI deverão ser substituídos						

ANEXO V

Planilha de Formação de Preços Relativa ao Item 4 – Sede – RJ

ITEM 4 – SEDE – FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Fornecimento em comodato de equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços						
Número	Descrição dos equipamentos em comodato e serviços	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
		A	B	C	D = Ax C	Dx12
1	Central Telefônica Tipo PABX (1)	1	Unidade			
2	Interface Digital sinalização R2 Digital e DSS(1) (ISDN)	2	Unidade			
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	220	Unidade			
4	Ramais com aparelhos digitais (3)	6	Unidade			
5	Ramais com terminais de Operadora (4)	1	Unidade			
6	Sistema de suprimento de energia	1	Unidade			
7	Distribuidores Geral e Distribuidores Internos (DI) (5)	1	Unidade			
8	Cabeamento Interno, Vertical e Horizontal (6)	1	Unidade			
TOTAL MENSAL E ANUAL					R\$	R\$
(1) Instalação no TÉRREO						
(2) Existem 185 ramais instalados						
(3) Existe 6 ramais digitais instalados						
(4) Existe 1 ramal de operadora com mesa instalada						
(5) É necessário um cabo de 100 pares interligando o DG da OI ao DG geral que deverá ser substituído						
(6) Poderá ser utilizado cabeamento de voz existente						

ANEXO VI

Planilha de Formação de Preços Relativa ao Item 5 – Laranjeiras – RJ

ITEM 5 – LARANJEIRAS – FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Fornecimento em comodato de equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços						
Número	Descrição dos equipamentos em comodato e serviços	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
		A	B	C	D = Ax C	Dx12
1	Central Telefônica Tipo PABX	1	Unidade			
2	Interface Digital sinalização R2 Digital e DSS(1) (ISDN)	1	Unidade			
3	Ramais com aparelhos analógicos (1)	12	Unidade			
4	Ramais com aparelhos digitais	0	Unidade			
5	Ramais com terminais de Operadora	0	Unidade			
6	Sistema de suprimento de energia	1	Unidade			
7	Distribuidores Geral e Distribuidores Internos (DI)	1	Unidade			
8	Cabeamento Interno, Vertical e Horizontal	1	Unidade			
TOTAL MENSAL E ANUAL					R\$	R\$
(1) Existem 6 ramais instalados						

ANEXO VII

Termo de Recebimento Provisório – TERP

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, é lavrado o presente TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO PROVISÓRIO (TERP) que vai assinado pelo fiscal do contrato, representando a FBN e pelo Sr. _____, representante da empresa _____, os quais, em visita de inspeção ao local instalação de Acesso digital E-1 e da infraestrutura necessária, para a prestação de serviços de telefonia para a FBN, devidamente ativado, verificaram que as mesmas estão concluídas, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, RJ, em ____ de _____ de _____.

ANEXO VIII

Termo de Recebimento Definitivo – TERD

Termo de Entrega e Recebimento Definitivo – TERD - relativo ao Contrato nº ____/____, celebrado entre a FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN) e a empresa _____, para a entrega de Acesso digital E-1 e da infraestrutura necessária, para a prestação de serviços de telefonia, nesta Fundação. Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Fundação Biblioteca Nacional - FBN e a empresa _____, CNPJ _____, doravante denominada CONTRATADA, celebraram o presente Termo de Recebimento. Este Termo - consequência de exame pericial realizado pela Comissão de Recebimento, elaborado para formalizar o recebimento de Acesso digital E-1, e da infraestrutura necessária, para a prestação de serviços de telefonia, devidamente ativado, na FBN.

1. Fica registrada a entrega definitiva do serviço, objeto do Pregão Eletrônico nº ____/____.
2. Em consequência, as partes declaram que o serviço, objeto da presente Licitação, está ativado, estando a CONTRATADA, obrigada a responder pelo perfeito funcionamento do mesmo durante a execução do contrato.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Termo que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes a seguir, a todo o ato presentes.

Rio de Janeiro, RJ, em ____ de _____ de _____

Representante da FBN

Representante da CONTRATADA

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 01430000491/2022-13

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para execução de 01 serviço de fornecimento em comodato, instalação e manutenção de equipamentos PABX, infraestrutura e serviços, nas quantidades conforme descrito abaixo:

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL			
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Teleporto - RJ			
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade
1	Central Telefônica do tipo PABX (1)	1	UN
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN
3	Ramais com aparelhos analógicos	24	UN
4	Ramais com aparelhos digitais	3	UN
5	Ramais com terminais de operadora	0	UN
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI)	1	UN
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal	1	UN

(1) Instalação no 7º andar

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL			
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Rodrigues Alves - RJ			
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade
1	Central Telefônica do tipo PABX	1	UN
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	12	UN
4	Ramais com aparelhos digitais	0	UN
5	Ramais com terminais de operadora	0	UN
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI)	1	UN
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal (1)	1	UN

(1) 20 metros de vertical, 50 metros de horizontal considerando 5 andares

(2) Existem 05 linhas instaladas

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL			
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Debret - RJ			
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade
1	Central Telefônica do tipo PABX (1)	1	UN
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	60	UN
4	Ramais com aparelhos digitais (5)	2	UN
5	Ramais com terminais de operadora (3)	1	UN
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI) (6)	1	UN
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal (4)	1	UN

(1) Instalação no 8º andar

(2) Existem 56 linhas instaladas

(3) Existe uma mesa telefônica instalada

(4) 15m na vertical e 40m de horizontal para 6º, 8º e 9º pavimentos

(5) Existem dois ramais digitais instalados

(6) Todos os DG e DI deverão ser substituídos

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL			
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Sede - RJ			
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade
1	Central Telefônica do tipo PABX (1)	1	UN
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	2	UN
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	220	UN
4	Ramais com aparelhos digitais (3)	6	UN
5	Ramais com terminais de operadora (4)	1	UN
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI) (5)	1	UN
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal (6)	1	UN

(1) Instalada no Térreo

(2) Existem 185 ramais instalados

(3) Existem 06 ramais digitais instalados

(4) Existe 01 ramal de operadora com mesa instalada

(5) É necessário um cabo de pares interligados ao DG da OI com o DG geral que deverá ser substituído

(6) Poderá ser utilizado cabeamento de voz existente

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL			
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Laranjeiras - RJ			
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade
1	Central Telefônica do tipo PABX	1	UN
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN
3	Ramais com aparelhos analógicos (1)	12	UN
4	Ramais com aparelhos digitais	0	UN
5	Ramais com terminais de operadora	0	UN
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI)	1	UN
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal	1	UN

(1) Existem 06 ramais instalados

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração	Oscar Gonçalves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Contratação de empresa especializada para execução de 01 serviço de fornecimento em comodato, instalação e manutenção de equipamentos PABX, infraestrutura e serviços.

O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses.

Não existe necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizou análise das soluções de mercado para a resolução do problema do serviço de fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos PABX, infraestrutura e serviços nas unidades da Fundação Biblioteca Nacional instaladas na Cidade do Rio de Janeiro.

Abaixo segue o quadro resumo das soluções de mercado e as considerações sobre cada uma:

LEVANTAMENTO DE MERCADO - COMPARATIVO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO		
MODALIDADE	COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS	ANALISE DOS DADOS E VALORES
COMPRA DE EQUIPAMENTOS	1. Aquisição dos Equipamentos	Sem disponibilidade orçamentária para aquisição de equipamentos (permanente)
	2. Contratação de Empresa de Manutenção dos Equipamentos	
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1. Contratação da Empresa para locação de equipamentos	Opção com viabilidade orçamentária e usualmente utilizada pela Administração Pública Federal

Com base no disposto acima, a Administração da FBN optou por escolher a solução de contratação de empresa especializada para execução de serviço de fornecimento em comodato, instalação e manutenção de equipamentos PABX, infraestrutura e serviços.

Empresas aptas a prestar o serviço o fornecimento em comodato, instalação e manutenção de equipamentos PABX, infraestrutura e serviços descrito neste estudo preliminar:

EMPRESA	CNPJ
VEGA TECNOLOGIA EM SEGURANCA	05.361.556/0001-27
TRINOTEC SERVICOS EIRELI	12.240.034/0001-32
RA PREST SERVICE LIMITADA	07.972.676/0001-96

6. Descrição da solução como um todo

A prestação de serviços continuados em locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de Equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo aparelhos telefônicos digitais e analógicos, fornecimento de toda a estrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), na modalidade LOCAÇÃO, conforme definido neste instrumento.

A solução proposta deverá contemplar o fornecimento de plataformas de telefonia, contemplando administração e configuração local ou à distância. Não serão aceitas soluções baseadas em uma plataforma de telefonia central com unidades remotas dependentes do módulo principal.

Todos os equipamentos a serem ofertados deverão ser obrigatoriamente, novos e sem uso, em suas versões mais atualizadas, tanto em hardware quanto em software. Não serão aceitos equipamentos usados, reutilizados, remanufaturados ou revisados. Para fins de comprovação da procedência dos equipamentos ofertados, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, antes da assinatura do contrato entre as partes, solicitar diligência para aferir se, de fato, os equipamentos fornecidos são novos.

AS PLATAFORMAS DE TELEFONIA DEVERÃO OBEDECER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS BÁSICAS:

Incorporar todos os "hardware's" e "software's" necessários ao seu perfeito funcionamento, permitindo conexão com a rede pública de telefonia via interface E-1 (sinalização DSS-1PRI e R2 Digital/MFC-5C).

Os equipamentos objetos dessa especificação se constituem de plataformas de telefonia do tipo PABX - CPCT, comandadas por programa armazenado (CPA), temporal, totalmente digital, utilizando a técnica de comutação, multiplexação e transmissão TDM-PCM e/ou IP, trazendo flexibilidade para ativação de ramais analógicos e Digitais.

As plataformas telefônicas deverão estar preparadas para implantar uma rede VoIP no futuro.

As plataformas de telefonia deverão obedecer ao disposto na norma ABNT - NBR 13083 – Centrais Privadas de Comutação Telefônica – CPCT, (tipo PABX CPA de JUN de 1996), no que diz respeito às características funcionais básicas e às características técnico-operacionais de CPCT CPA - T.

Todos os equipamentos e serviços associados aos PABX deverão estar de acordo com as normas emitidas pela ISO (INTERNATIONAL STANDART ORGANIZATION), ETSI (EUROPEAN TELECOMMUNICATIONS STANDARD INSTITUTE), ITU (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION), IEEE (INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONICS ENGINEERS), NEC (NATIONAL ELECTRICAL CODE), MINICOM (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES), AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL), pertinentes. Em caso de conflito entre os citados documentos e as presentes especificações, prevalecem as últimas.

Permitir a utilização de aparelhos telefônicos especificados neste edital.

Os equipamentos (hardware) e programas (software), inclusive os terminais telefônicos analógicos e Digitais deverão ser novos, sem uso e da mais nova versão existente disponíveis no Brasil.

Os equipamentos PABX deverão ter uma facilidade que permita discagem INTRA-REDE entre as unidades da FBN em nível de ramal, realizando a conversão do ramal para o número público com a inserção do prefixo automaticamente.

A licitante deverá apresentar em sua proposta um descritivo técnico contendo todas as informações acerca dos equipamentos, sistemas e recursos ofertados.

OS EQUIPAMENTOS PABX DIGITAL, DEVERÃO PERMITIR PELO MENOS AS SEGUINTE FACILIDADES:

Interface de música externa: Fornecimento de Interface para entrada de música de espera para chamadas retidas pelo operador e quando de consulta e transferência entre ramais, sendo da CONTRATANTE a responsabilidade pela fonte musical.

Permitir Ramais com aparelhos Digitais.

Permitir Ramais com aparelhos Analógicos Multifrequencial (MF).

Bloqueio de chamadas a cobrar automático, sendo configurável pelo administrador do sistema para cada ramal.

Discagem Direta a Ramal (DDR). Esta facilidade deverá ser configurada pelo administrador do sistema.

As Centrais Telefônicas do tipo PABX - CPCT a serem ofertadas deverão, para efeito de encaminhamento das chamadas, estarem equipada com, no mínimo, as seguintes classes de ramais:

Ramal Restrito - Usado exclusivamente, nas ligações ramal/ramal, sem acesso à Rede Pública.

Ramal Semi-Restrito - Usado nas ligações ramal/ramal e com acesso à Rede Pública (saída) via mesa de operadoras. Habilitado a receber chamadas da Rede Pública por Discagem Direta a Ramal (DDR) ou via mesa de operadoras.

Ramal Privilegiado - Dispõe de todas as facilidades do ramal semi- restrito, acrescido da permissão para gerar chamadas locais.

Ramal Privilegiado Nacional - Dispõe de todas as facilidades do ramal privilegiado, acrescido da permissão para gerar chamadas interurbanas.

Ramal Privilegiado Internacional - Dispõe de todas as facilidades do ramal privilegiado nacional, acrescido da permissão para gerar chamadas locais/interurbanas.

Deverá existir a possibilidade de permitir a utilização de senhas para realizar chamadas dos ramais por programação e para habilitar e desabilitar Ramal cadastrado.

Deverá ser possível prover o reconhecimento do número telefônico do assinante "A" (assinante originador da chamada), desde que enviado pela central pública, apresentando-o no "display" nos telefones que possuam display.

Deverá ser permitida "Música de Espera" para chamadas retidas pelo usuário. Quando em processo de consulta e transferência entre ramais.

Deverá ser permitida a Captura de Chamadas. Essa facilidade deverá ser acessível a todos os ramais do PABX pertencentes a um mesmo grupo de captura.

Deverá ser permitido o Desvio de Chamada em um determinado ramal, para qualquer outro ramal e ainda nos casos de ocupado ou não responder em um mesmo PABX.

Deverá ser permitida a função de siga-me em todos os aparelhos telefônicos.

Deverá permitir conferências até 8 participantes.

FACILIDADES DOS RAMAIS

Transferir chamadas para telefonista;

Consulta nas chamadas internas e externas, entrada e saída;

Sinalização da chamada entrante, quando o ramal estiver ocupado;

Interligação automática entre ramais (hot-line);

Grupo de ramal de atendimentos.

Captura de chamadas.

Redirecionamento "siga-me" de chamadas internas e externas.

Discagem abreviada individual que permita a ramais especialmente habilitados efetuar ligações locais, nacionais ou internacionais, pela discagem de, no máximo, 04 (quatro) dígitos, para um determinado número de destinatário.

Repetição do último número discado através de tecla ou código específico;

Transferência da ligação em caso de ramal ocupado.

Chamada em espera: um "bip" para aviso de que há alguém ligando e possibilidade de reter uma chamada para atendimento de outra.

SISTEMA DE SUPRIMENTO DE ENERGIA

Deverá ser fornecido e instalado 01 (um) sistema de suprimento de energia elétrica no-break para todos os equipamentos PABX DIGITAL-CPCT, que garanta seu funcionamento pelo mínimo de 4 (quatro) horas na falta da energia da concessionária local.

Deverão ser entregues especificações técnicas que deverão contemplar detalhamento do sistema de energia, inclusive referente à autonomia.

INFRAESTRUTURA INTERNA DE TELEFONIA

O cabeamento interno incluindo o Distribuidor Geral (DG) até a localização física dos telefones, composto de cabos de pares, verticais e horizontais, conectores, esteiras, Distribuidores Intermediários (DI) e onde houver necessidade reparo dos pontos de telefonia para a instalação dos ramais contratados até a capacidade final, será de responsabilidade da LICITANTE.

Para facilitar a cotação da infraestrutura para a instalação de ramais até a capacidade máxima de cada site, deverão ser observadas as informações disponíveis nas planilhas de formação de custos e complementadas com realização de visitas aos locais para esclarecimento das dúvidas.

A licitante deverá atentar que os Prédios Sede, Palácio Capanema e Casa da Leitura (Laranjeiras) são prédios tombados, toda e qualquer intervenção civil terá que ser aprovada pela autoridade competente da BN e pelos órgãos de fiscalização do patrimônio Público.

SISTEMA DE SUPORTE E MANUTENÇÃO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS

O Suporte e Manutenção serão responsáveis por manter todo o conjunto de equipamentos em perfeito funcionamento.

A LICITANTE será responsável por todas as programações do dia-a-dia, que deverão ser atendidas em até 72 horas.

Se necessário, a LICITANTE poderá realizar um Gerenciamento, Operação e Manutenção centralizado local ou a distância.

A LICITANTE deverá disponibilizar numero telefônico em Call Center para solicitação das programações.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO

Deverá ser fornecido um sistema completo de gerenciamento e manutenção.

O Sistema de Gerenciamento deverá possibilitar as seguintes configurações:

Associação chefe-secretária;

Bloqueios;

Caixa postal virtual;

Gravação de mensagem;

Grupos;

Música;

Recepcionista digital;

Rotas de menor custo;

Temporizações;

Terminal operadora;

Tronco executivo;

Senha ramal operador;

Senha para alterar configurações;

Associação lógico/físico;

Configuração de ramais DDR.

SISTEMA DE CORREIO DE VOZ

A solução ofertada deverá contemplar um sistema de mensagem de voz ("Correio de Voz"), para atendimento automático de chamadas, que possibilite a gravação digital e recuperação de mensagens quando o ramal chamado estiver ocupado, se usuário ausente, ou por comando do usuário para redireção das ligações, podendo ser acessado de telefone externo ao sistema.

Deverá informar data e hora da mensagem armazenada.

"Acesso as "caixas postais" de voz através de código e "senha" especificada para cada usuário do serviço.

Envio de indicação sonora ou visual da existência de mensagem na caixa postal do usuário.

Deverá possibilitar aos usuários das caixas postais escutarem mensagens dirigidas a eles, reescutar, apagar ou arquivar mensagens, retomar ao início de determinada mensagem, através de menu de opções.

Todas as funções de gravação e troca de "senha", atualização das mensagens de atendimento, recuperação do conteúdo das caixas postais, deverá ser processada a partir do teclado do ramal.

Para efeito de dimensionamento da capacidade de armazenamento do sistema, deverá ser considerado o número médio de 04 (quatro) mensagens por usuário, com duração média de 20 (vinte) segundos cada.

Permitir o usuário poder gravar sua própria saudação, com, pelo menos, 40 (quarenta) segundos cada.

Possuir pelo menos 20 (vinte) canais de acesso simultâneo ao correio de voz por plataforma de telefonia.

O Correio de voz deverá ser ofertado com o idioma padrão português, podendo ser configurado, no mínimo, mais 3 (três) idiomas (inglês, espanhol e italiano).

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS TELEFONES ANALÓGICOS MF:

Possuir tecla Flash, Mute e Redial;

Possuir chave de seleção para discagem por DTMF (Tom) ou decádico (pulse);

Possuir 2 opções de volume de campainha.

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS TELEFONES DIGITAIS:

1. -Display.
2. -Viva-voz.
3. -Teclas para navegação no display.
4. -Teclas programáveis com sinalização através de leds.
5. -Tecla com sinalização para viva-voz full duplex.
6. -Tecla com sinalização para sigilo.
7. -Tecla Limpar/Agenda.
8. Tecla com sinalização para sigilo

9. Tecla Limpar/Agenda.
10. -Tecla Reter.
11. -Não perturbe.
12. -Tecla Re-chamada.
13. -Ajuste do volume da viva-voz.
14. -Ajuste do volume da campainha.
15. -Entrada para fone de cabeça.
16. -Fone de cabeça.
17. -Avisos sonoros (bips) de alerta.
18. -Agenda para no mínimo 50 ramais.
19. -Agenda para no mínimo 50 números telefônicos.
20. -Consulta a ligações não atendidas e atendidas.

CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS TELEFONES DIGITAIS DE OPERADORAS

Todas as funções anteriormente solicitadas para os aparelhos digitais.

Funcionalidade para atendente.

HOMOLOGAÇÃO

As plataformas de telefonia ofertadas deverão estar obrigatoriamente homologadas junto à ANATEL, devendo a licitante apresentar em sua proposta o certificado de homologação de cada equipamento ofertado. A não apresentação deste documento na proposta implicará na desclassificação da licitante do certame.

A licitante deverá apresentar obrigatoriamente em sua proposta a marca e modelo de cada plataforma de telefonia ofertada. A não apresentação destas informações na proposta implicará na desclassificação da licitante do certame.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

Para a perfeita execução dos serviços, a LICITANTE deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

Todo o cabeamento, esteiras, conectores, incluindo os Distribuidores Internos (DG) e Distribuidores Intermediários (DI), e o que mais for necessário à implantação da infraestrutura necessária para a prestação dos serviços contratados será por conta da LICITANTE.

A Contratada deverá fornecer a documentação "as built" contendo os desenhos técnicos com a situação final dos trajetos das instalações de telefonia para cada um dos prédios da FBN.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação de empresa especializada para execução de 01 serviço de fornecimento em comodato, instalação e manutenção de equipamentos PABX, infraestrutura e serviços, nas quantidades conforme descrito abaixo:

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL						
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Teleporto - RJ						
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Central Telefônica do tipo PABX (1)	1	UN			
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN			

3	Ramais com aparelhos analógicos	24	UN			
4	Ramais com aparelhos digitais	3	UN			
5	Ramais com terminais de operadora	0	UN			
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN			
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI)	1	UN			
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal	1	UN			

(1) Instalação no 7º andar

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL						
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Rodrigues Alves - RJ						
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Central Telefônica do tipo PABX	1	UN			
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN			
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	12	UN			
4	Ramais com aparelhos digitais	0	UN			
5	Ramais com terminais de operadora	0	UN			
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN			
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI)	1	UN			
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal (1)	1	UN			

(1) 20 metros de vertical, 50 metros de horizontal considerando 5 andares

(2) Existem 05 linhas instaladas

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL						
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Debret - RJ						
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Central Telefônica do tipo PABX (1)	1	UN			
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN			
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	60	UN			
4	Ramais com aparelhos digitais (5)	2	UN			
	Ramais com terminais de					

5	operadora (3)	1	UN			
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN			
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI) (6)	1	UN			
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal (4)	1	UN			

- (1) Instalação no 8º andar
- (2) Existem 56 linhas instaladas
- (3) Existe uma mesa telefônica instalada
- (4) 15m na vertical e 40m de horizontal para 6º, 8º e 9º pavimentos
- (5) Existem dois ramais digitais instalados
- (6) Todos os DG e DI deverão ser substituídos

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL						
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Sede - RJ						
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Central Telefônica do tipo PABX (1)	1	UN			
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	2	UN			
3	Ramais com aparelhos analógicos (2)	220	UN			
4	Ramais com aparelhos digitais (3)	6	UN			
5	Ramais com terminais de operadora (4)	1	UN			
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN			
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI) (5)	1	UN			
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal (6)	1	UN			

- (1) Instalada no Térreo
- (2) Existem 185 ramais instalados
- (3) Existem 06 ramais digitais instalados
- (4) Existe 01 ramal de operadora com mesa instalada
- (5) É necessário um cabo de pares interligados ao DG da OI com o DG geral que deverá ser substituído
- (6) Poderá ser utilizado cabeamento de voz existente

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL						
Fornecimento em comodato de Equipamento PABX, Infraestrutura e Serviços - Laranjeiras - RJ						
Nº	Descrição dos equipamentos em comodato ou serviço	Estimativa Mensal	Unidade	Preço Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Central Telefônica do tipo PABX	1	UN			
2	Interface digital sinalização R2 Digital e DSS-1 (ISON)	1	UN			
3	Ramais com aparelhos analógicos (1)	12	UN			
4	Ramais com aparelhos digitais	0	UN			
5	Ramais com terminais de operadora	0	UN			
6	Sistema de suprimento de Energia	1	UN			
7	Distribuidor Geral e Distribuidor Interno (DG) (DI)	1	UN			
8	Cabeamento interno, vertical e horizontal	1	UN			

(1) Existem 06 ramais instalados

OBSERVAÇÃO: Deverá ser aproveitada a distribuição vertical e horizontal existente

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

De acordo com o fluxograma da FBN a estimativa será realizada posteriormente pela Divisão de Compras e Patrimônio.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não será parcelada, pois se trata de um único serviço prestada nas diversos prédios da FBN localizados na Cidade do Rio de Janeiro.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existe contratações correlata e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação encontra-se alinhada com o Plano Estratégico da FBN.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Em razão da natureza do trabalho desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional, torna-se indispensável à prestação dos serviços de telefonia em pauta para o bom desempenho das atividades inerentes à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), gerando benefícios diretos para o funcionamento e o atendimento as metas institucionais da FBN.

13. Providências a serem Adotadas

Não se faz necessário providências para a referida contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A referida contratação não gera impactos ambientais

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A referida contratação é viável pois existe justificativa comprovada, viabilidade orçamentária e previsão legal para a referida contratação.

16. Responsáveis

ANA PAULA VICTOR
Analista em Administração

NELSON ARAUJO DOS SANTOS
Chefe da Divisão de Manutenção Administrativa

LUIZ ANTÔNIO LOPES DE SOUZA
Chefe de Núcleo de Arquitetura

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
1 – Interrupção na prestação dos serviços sem comunicação prévia à CONTRATANTE	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação dos serviços sem interrupções
Meta a cumprir	Não interrupção dos serviços sem comunicação prévia à FBN
Instrumento de medição	Relatório circunstanciado.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Diariamente.
Mecanismo de Calculo	X = 0,5 (zero virgula cinco) pontos por dia de interrupção
Início de Vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X = 1 ponto – 100% do valor da nota. X de 2 a 5 pontos – 90% do valor da nota. X > 6 pontos – 80% do valor da nota.
Sanções	As sanções serão aplicadas conforme descritos no Edital e seus Anexos.
Observações	

INDICADOR	
2 – Cobrança por serviços não prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a cobrança apenas por serviços prestados
Meta a cumprir	Não cobrar serviços não prestados
Instrumento de medição	Relatório circunstanciado.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Diariamente.
Mecanismo de Calculo	X = 1 (um) ponto por cobrança de serviços não prestado
Início de Vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X = 1 ponto – 100% do valor da nota. X de 2 a 5 pontos – 90% do valor da nota. X > 6 pontos – 80% do valor da nota.

Sanções	As sanções serão aplicadas conforme descritos no Edital e seus Anexos.
Observações	

INDICADOR	
3 – Cobrança de valores em desacordo com o contrato	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a cobrança em acordo com o pactuado em contrato
Meta a cumprir	Não cobrar valores em desacordo ao contrato
Instrumento de medição	Relatório circunstanciado.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Diariamente.
Mecanismo de Calculo	X = 0,5 (zero virgula cinco) pontos por cobrança em desacordo ao pactuado em contrato
Início de Vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X = 1 ponto – 100% do valor da nota. X de 2 a 5 pontos – 90% do valor da nota. X > 6 pontos – 80% do valor da nota.
Sanções	As sanções serão aplicadas conforme descritos no Edital e seus Anexos.
Observações	

INDICADOR	
4 – Prestação dos serviços em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução contratual de acordo com o estabelecido no edital e seus anaxeos
Meta a cumprir	Garantir a execução contratual de acordo com o estabelecido no edital e seus anaxeos
Instrumento de medição	Relatório circunstanciado.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Diariamente.
Mecanismo de Calculo	X = 0,5 (zero virgula cinco) pontos por não prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela FBN

Início de Vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X = 1 ponto – 100% do valor da nota. X de 2 a 5 pontos – 90% do valor da nota. X > 6 pontos – 80% do valor da nota.
Sanções	As sanções serão aplicadas conforme descritos no Edital e seus Anexos.
Observações	

INDICADOR	
5 – Atraso no atendimento de qualquer prazo exigido neste edital sem justificativas	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento dos prazos previsto no Edital e seus Anexos sem justificativas
Meta a cumprir	Atender aos prazos solicitados no edital
Instrumento de medição	Relatório circunstanciado.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Diariamente.
Mecanismo de Calculo	X = 1 (um) ponto por descumprimentos dos prazos previstos no edital
Início de Vigência	Data da assinatura do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento	X = 1 ponto – 100% do valor da nota. X de 2 a 5 pontos – 90% do valor da nota. X > 6 pontos – 80% do valor da nota.
Sanções	As sanções serão aplicadas conforme descritos no Edital e seus Anexos.
Observações	

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL E A EMPRESA

.....

A Fundação Biblioteca Nacional, com sede na Av. Rio Branco, nº 219/239, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 40.176.679/0001-99, neste ato representada por seu Presidente (XXXXXX), nomeado(a) pela Portaria nº, de de 20...., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 09/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações por meio de locação de plataformas de telefonia, compreendendo a respectiva instalação, operação e manutenção de equipamentos PABX DIGITAL TDM e/ou IP tipo CPCT, incluindo os aparelhos telefônicos digitais e analógicos e fornecimento de toda a infraestrutura física, distribuidores e cabos de pares necessários para a instalação física dos ramais contratados até a sua expansão final em todas as unidades da Fundação Biblioteca Nacional, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$......(.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20 ..., na classificação abaixo:

Gestão Executora/Unidade Gestora: 34209/344042

Programa de Trabalho: 13.122.2107.2000.0033

PTRES: 190.490

Plano Interno: T20004BN015

Fonte: 0100

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Rio de Janeiro/RJ - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO III

TERMO DE VISTORIA

A Fundação Biblioteca Nacional declara para fins de habilitação, que o Sr.
_____, Representante da empresa

compareceu(eram) à visita técnica realizada para o objeto da licitação do Pregão 09/2022 e que o(s) mesmo(s) está(ão) ciente(s) de todos os futuros problemas a serem enfrentados durante a sua execução, não cabendo qualquer alegação posterior de desconhecimento desse assunto.

Rio de Janeiro _____ de _____ de _____

(assinatura(s) e carimbo(s) do(s) responsável(eis) técnico(s))

(assinatura e carimbo do técnico do FBN)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Atesto que a Empresa _____, com CNPJ: _____, possui conhecimento das condições locais para execução do objeto desta da Licitação do Pregão 09/2022 da Fundação Biblioteca Nacional, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avanços técnicos ou financeiras com a Fundação Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, _____, de _____ de 2022.